Vol. 3, No. 5 (maio 2026)

REVISTA
O UNIVERSO OBSERVÁVEL

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS ESTADUAIS

DEMOCRATIC SCHOLL MANAGEMENT IN STATE SCHOOLS

Sirlene Tomain Mesquita[1]

Revista O Universo Observável
DOI:10.69720/29660599.2026.000303
ISSN: 2966-0599

[1]Graduada em Pedagogia pela FAPI – Universidade de Pinhais, em História pela FAVENI Centro Universitário Venda Nova do Imigrante.Pós Graduação em Administração escolar e orientação educacional pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante FAVENI, em Educação infantil especial e TGD pela Faculdade Futura, em Psicopedagogia institucional pela Faculdade de Educação São Luís.
E-mail: sirmesquita@hotmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/8463264242945432

REVISTA OUO
UNIVERSO OBSERVÁVEL

Vol. 3, No. 5 (maio 2026)

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS ESTADUAIS

Sirlene Tomain Mesquita

PERIÓDICO CIENTIFÍCO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599
www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CPF: 639.619.621-20
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL
O Conhecimento é o horizonte de eventos.
ISSN: 2966-0599
contato@ouniversoobservavel.com.br
www.ouniversoobservavel.com.br
Periódico Científico Indexado

RESUMO

Na atualidade tornou-se inadmissível o tipo de gestão autoritária que existia anteriormente no ambiente escolar, hoje a gestão educacional precisa ser pautada na democracia, para que se tenha um bom andamento no setor educativo é preciso contar com a participação de todos os envolvidos, como gestores, educadores, pais, alunos e comunidade. Pautando-se neste novo contexto, o presente trabalho apresenta um breve estudo a cerca dos princípios que norteiam a gestão escolar quando esta se caracteriza como democrática. Busca realizar uma abordagem crítico-reflexiva que visa incentivar e proporcionar suporte às discussões sobre o tema. A escola não pode e não deve fechar-se em seus muros, deixando de considerar toda a realidade que a norteia e que exerce influência constante no processo de ensino aprendizagem. A sociedade vem se transformando em ritmo cada vez mais acelerado, logo as instituições de educação não podem manter-se distantes do meio social, não há como a escola subsistir sozinha no que diz respeito às suas atribuições. Quando a escola possui uma gestão democrática e a atitude do gestor que acredita e delega à sua equipe, faz com que todos se sintam parte da escola e trabalhem mais motivados e em torno de um objetivo comum.

Palavras-chave: Gestão, Democracia, Escola Estadual.

ABSTRAT

Nowadays, the type of authoritarian management that existed previously in the school environment has become inadmissible. Today, educational management needs to be based on democracy. In order to have a good run in the education sector, all those involved must be involved, such as managers, educators, parents, students and community. Based on this new context, the present work presents a brief study about the principles that govern school management when it is characterized as democratic. It is necessary to carry out a critical-reflexive approach that aims to encourage and support the discussions about the theme. The school can not and should not close in its walls, failing to consider all the reality that guides it and that exerts constant influence in the process of teaching learning. Society is becoming more and more accelerated, so that educational institutions can not remain distant from the social milieu, there is no way that the school can survive alone with regard to its attributions. When the school has a democratic and the attitude of the manager who believes and delegates to his team, makes everyone feel part of the school and work more motivated and around a common goal.

Key words: *Management, Democracy, State School.*

1 INTRODUÇÃO

A função da instituição de ensino, por meio da educação, é promover a formação de cidadãos conscientes, críticos e atuantes, capazes de compreender seus direitos e deveres e de intervir na realidade social de forma ética e transformadora. Nessa perspectiva, a escola ultrapassa a função meramente transmissora de conteúdos e assume o compromisso com a formação integral do sujeito, articulando conhecimento, valores e participação social. Conforme destaca Libâneo (2018), a escola deve assegurar aos estudantes o acesso aos conhecimentos científicos e culturais sistematizados, possibilitando a compreensão crítica da sociedade e o exercício da cidadania.

Dessa forma, o gestor escolar e sua equipe precisam compreender que a formação cidadã inicia-se, sobretudo, por meio de uma gestão democrática e participativa. A gestão democrática, prevista na legislação educacional brasileira, pressupõe a participação efetiva de professores, estudantes, famílias e comunidade nas decisões escolares. Para Paro (2016), a gestão democrática não se resume a procedimentos administrativos, mas constitui um processo político-pedagógico que visa à construção coletiva de uma escola pública de qualidade social, comprometida com os interesses da comunidade.

Nessa mesma linha, Dourado (2017) afirma que a democratização da gestão implica a consolidação de práticas participativas, transparência nas decisões e fortalecimento dos conselhos escolares, assegurando que o espaço escolar seja um ambiente de diálogo, respeito às diferenças e valorização da diversidade. Assim, a prática democrática no cotidiano escolar favorece a construção de uma cultura institucional baseada na ética, na cooperação e na corresponsabilidade.

É fundamental, portanto, que haja união entre todos os envolvidos no ambiente escolar na construção do trabalho pedagógico. O planejamento coletivo — materializado no Projeto Político-Pedagógico (PPP) — constitui uma oportunidade de organizar e direcionar as ações educativas, considerando as necessidades reais da comunidade. De acordo com Ilma Passos Alencastro Veiga (2013), o PPP deve ser compreendido como um instrumento teórico-prático que expressa a identidade da escola e orienta suas ações a partir de princípios democráticos e participativos.

Nesse contexto, a escola precisa buscar os interesses coletivos da comunidade, tendo como finalidade garantir o ensino e a aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens, promovendo a inclusão social e a equidade. Conforme argumenta Saviani (2019), a educação escolar deve assegurar aos alunos o domínio dos

ISSN: 2966-0599
contato@ouniversoobservavel.com.br
www.ouniversoobservavel.com.br
Periódico Científico Indexado

conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, pois é por meio deles que o sujeito amplia sua capacidade de compreender e transformar a realidade.

Assim, ao proporcionar acesso ao conhecimento científico, cultural e socialmente relevante, a escola contribui para que os estudantes compreendam o contexto histórico e social em que estão inseridos. A formação de sujeitos críticos e participativos possibilita uma inserção cidadã transformadora, tornando-os capazes de enfrentar e modificar as condições sociais, econômicas e políticas de seu tempo. Dessa maneira, a gestão democrática e o planejamento coletivo consolidam-se como pilares fundamentais para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e com a transformação da sociedade.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida com base em materiais já publicados, com o objetivo de aprofundar a compreensão teórica acerca da gestão democrática e da formação cidadã no contexto escolar.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2019), é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais, permitindo ao pesquisador analisar diferentes contribuições teóricas sobre determinado tema. Nesse sentido, este estudo fundamentou-se em autores contemporâneos da área da educação e da gestão escolar, bem como em legislações e documentos normativos que orientam a organização da educação brasileira.

Foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicas, como periódicos científicos e bibliotecas digitais, utilizando descritores relacionados à gestão democrática, projeto político-pedagógico, formação cidadã e participação escolar. Após a seleção do material, procedeu-se à leitura exploratória e analítica das obras, com o objetivo de identificar conceitos, argumentos e perspectivas teóricas que dialogassem com a temática proposta.

Quanto à abordagem, a pesquisa possui caráter qualitativo, pois busca compreender e interpretar os fundamentos teóricos e as concepções dos autores sobre a gestão democrática e sua contribuição para a formação de sujeitos críticos e participativos. De acordo com Flick (2009), a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão dos fenômenos sociais a partir de significados, contextos e interpretações.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou a construção de uma análise crítica e fundamentada, contribuindo para a reflexão acerca da importância da gestão democrática na promoção de uma educação comprometida com a transformação social.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Gestão Democrática Participativa

É muito importante que o gestor escolar esteja preparado para realizar uma gestão democrática, onde os envolvidos possam dar sua contribuição para o bom andamento do trabalho educativo. É preciso ter consciência de que aquele modelo autoritário que era detentor de todas as decisões, já não faz mais parte do perfil da gestão na atualidade. A gestão democrática é uma gestão que inclui a participação de gestor, professores, pais, e membros da comunidade, que visam princípios, valores e prioridades, na construção efetiva dessa gestão.

> É por meio da participação que se assegura a gestão democrática da instituição escolar, é nela que se possibilita o envolvimento de profissionais e usuários em um processo de tomada de decisões da organização educacional. Isso favorece a dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e traz uma aproximação maior entre professores, alunos, pais. (LIBÂNEO, 2004)

Quando existe uma participação efetiva de todos, o desenvolvimento do trabalho fica mais facilitado, é preciso que haja um envolvimento no sentido de unir esforços para a efetivação dos objetivos que se espera alcançar. Este tipo de proposta de gestão está cada vez mais evidente no ambiente escolar, pois hoje não é possível dirigir uma instituição com “mão de ferro”, onde só o gestor comanda e dita regras e ordens, nos últimos tempos professores, funcionários, alunos e famílias, estão participando mais ativamente da vida escolar, dando sugestões e procurando melhorar ainda mais o ambiente escolar, para que este seja um lugar de interação, oportunidades e de democracia, e torne-se assim um ambiente que ofereça uma educação de qualidade, para formar cidadãos críticos e conscientes.

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL
O Conhecimento é o horizonte de eventos.
ISSN: 2966-0599
contato@ouniversoobservavel.com.br
www.ouniversoobservavel.com.br
Periódico Científico Indexado

Entender os pressupostos da Gestão Democrática é o primeiro passo para entender sua importância: Gestão é administração é tomada de decisão, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. (FERREIRA 2006, p. 306).

Portanto o papel principal da gestão e do gestor é direcionar o trabalho, orientando o melhor caminho a seguir, aceitando opiniões que visam melhorar o trabalho que será desenvolvido no ambiente escolar, e não impondo regras que devem ser seguidas sem questionamentos. A gestão democrática constitui-se como um processo de aprendizado, que possibilita a criação e efetivação de canais de participação, resultando em reflexão das estruturas visando à sua transformação.

3.2 Instrumentos Para Uma Gestão Participativa e Democrática

A gestão participativa e democrática é um processo muito intenso, pois precisa deixar que as pessoas realmente façam parte da gestão escolar, dando a chance de darem sua opinião e fazendo parte das atividades cotidianas do ambiente educacional. É preciso ter um processo transparentes e democráticos concernentes à função administrativa.

Atualmente existem vários mecanismos que visam fazer com que a gestão escolar seja cada vez mais democrática e participativa, atualmente a escola deve contar com a participação dos membros da instituição e da comunidade para tarefas como a Elaboração e implantação do projeto Político Pedagógico da escola; Implantação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), criação do Conselho ou Colegiado Escolar e de organizações associativas da Escola como representantes de turma e Grêmio Estudantil, ou seja, por meio destes grupos a participação se torna mais efetiva. Porém, ao mesmo tempo vale salientar, que a existência destes grupos não implica necessariamente na participação ativa dos mesmos, portanto é importante que o gestor fique atento a esse aspecto, solicitando a participação, realizando reuniões com cada segmento para os deixarem cientes do que está ocorrendo na escola e solicitando sugestões e a colaboração para alcançar a qualidade do ensino. GRACINDO, 2006.

> A gestão democrática pode ser considerada como meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participam da definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação e a maneira de implementar essas decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações. Como elementos constitutivos dessa forma de gestão podem ser apontados: participação, autonomia, transparência e pluralidade. (GRACINDO et al, 2006, p. 42).

A autora, mostra que a gestão democrática só é realmente completa quando há uma participação efetiva de todos os segmentos nos processos pedagógicos e nas tomadas de decisões, onde todos possam participar de acordo com o seu grupo e não ficar a mercê dos gestores das escolas que decidem tudo sozinho ou escolas que convidam a comunidade para desenvolver ações já prontas e pensadas por poucos.

Participação é um elemento chave para uma gestão democrática, pois uma não acontece sem a outra. Não se configura gestão democrática onde a comunidade não participa nos momentos das discussões, dos planejamentos das ações que serão executadas por todos, cada um dentro do segmento a que compete, isso faz com que todos ganhem, pois quando há uma participação efetiva torna-se mais fácil enfrentar as barreiras e desafios existentes no ambiente escolar.

3.3 Conceito de Escola Democrática

O conceito de escola democrática é de uma escola que está aberta ao diálogo, a troca de ideias, que cria novos meios de se adaptar a participação ativa de todos. Em uma escola democrática todos conseguem opinar, visando a construção de propostas que fortaleçam o trabalho escolar, e a busca dos objetivos comuns. O diálogo e o trabalho cooperativo são essenciais para escola que pretende educar os alunos para que se tornem cidadãos responsáveis e conscientes. Ao promover a participação e compromisso da comunidade em seu entorno, a escola democrática consegue ultrapassar a estrutura física da escola e estabelecer um elo de coo-responsabilidade com a comunidade externa, a quem na realidade a escola pertence.

Há uma grande complexidade de articular o trabalho na escola, pois muitas vezes o gestor enfrenta a falta de pessoal, a cultura do individualismo, entre outros problemas, mas, isso só reforça a teoria de que é preciso criar espaços para participação, bem como, a urgência de revitalizar os espaços existentes.

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL
O Conhecimento é o horizonte de eventos.
ISSN: 2966-0599
contato@ouniversoobservavel.com.br
www.ouniversoobservavel.com.br
Periódico Científico Indexado

> Está é uma concepção que, implicando uma prática, somente pode interessar aos opressores, que estarão tão mais em paz, quanto mais adequados estejamos homens do mundo.
> E tão mais preocupados, quanto mais questionando o mundo estejam os homens. (FREIRE, 2000a, pg. 63).

É preciso salientar que à gestão democrática dentro da escola é considerada uma ação pedagógica que propõe a coletividade como alicerce para uma pedagogia libertadora, e como consequência o exercício da cidadania.

> Ora, a democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode, mas deve discutir os seus problemas. Os problemas do seu País, do seu Continente, do mundo, os problemas do seu trabalho. Os problemas da própria democracia. (FREIRE, 2000b, pg. 104).

A relação de diálogo em torno do ambiente escolar e nas tomadas de decisões devem ser de colaboração e reflexões sobre o contexto, para que cada componente analise e considere as diferentes ideias, manifestando a credibilidade de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar contribuindo para o processo de democratização. No entanto:

> Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação d e ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. (FREIRE, 2000a, pg. 81).

A escola efetivamente inserida no contexto democrático tem em princípio em sua identidade o pressuposto de ouvir. A forma de "gestar" faz a diferença para mais ou para menos no processo de abertura de diálogo e participação para o inter-relacionamento e para o sucesso ou insucesso escolar. Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação. (FREIRE, 2000a, pg. 83).

Ao deparar-se com o modelo educacional e o corpo que o constitui dentro da escola como parte viva e atuante em seus direcionamentos, o envolvimento dos integrantes que atuam ou interferem, dispõe de interações na pratica social e educacional de mudanças que complementem um modelo voltado as demandas e ao dinamismo escolar. Neste processo devem ser orientados e não controlados, pois a sociedade que orienta ganha impulso, enquanto o controle autoritário traz insucesso e regressão. A função do diretor na gestão democrática se resume em fiscalizar e controlar, não mais centraliza em si as decisões.

> [...] O diretor coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar, conforme suas atribuições específicas, as responsabilidades decorrentes das decisões, acompanham o desenvolvimento das ações, presta contas e submete à avaliação da equipe o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 335).

Para compreender a implantação da gestão democrática como direito de participação, é preciso entender a escola como uma instituição social que, de acordo com a legislação tem função primeira à formação de cidadãos participativos, conscientemente na sociedade em que vivem. Assim, para que a escola possa dar essa formação, ela precisa vivenciá-la no seu interior de forma concreta.

3.4 Papel de um Bom Gestor na Escola Democrática

Para ser um bom gestor frente a uma democrática é preciso que o gestor seja como elo um mediador entre escola e comunidade facilitando a aprendizagem auxiliando e orientando o professor e o aluno e buscando interação com a comunidade. Um gestor democrático procura relacionar-se bem com a comunidade escolar. Tem que ter teoria e prática, o gestor é que promove um espaço harmônico para receber a comunidade.

Um bom gestor tem que ter conhecimento da área educacional, interpretar leis, as hierarquias de lei, saber respeitar as decisões em equipe. Saber lidar com os problemas, buscar o entendimento da classe. Estar em contato com a comunidade, pais, professores e alunos.

> O conceito de participação fundamenta-se no princípio da autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida. Como a autonomia opõe-

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL
O Conhecimento é o horizonte de eventos.
ISSN: 2966-0599
contato@ouniversoobservavel.com.br
www.ouniversoobservavel.com.br
Periódico Científico Indexado

> se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições dá-se pela participação na livre escolha de objetivos e processos de trabalho e na construção conjunta do ambiente de trabalho. (LIBÂNEO, 2003, p. 329).

O gestor deve ter compreensão da administração escolar como atividade de esforços coletivos para o implemento dos fins da educação, assim como a compreensão e aceitação do princípio de que a educação é um processo de emancipação humana.

Levando em conta todo o contexto sócio político e econômico o gestor precisa viabilizar a democracia, a cidadania, a participação, a autonomia, pois a educação e o ambiente escolar deve ser um espaço educacional por meio do qual os educandos se apropriam do conhecimento e tornem-se pessoas preparadas sem deixarem de lado o lado humano e que seja viabilizada a convivência justa, solidária e sustentável, portanto a escola não pode estruturar seu trabalho e as relações humanas em bases autoritárias, tanto professores, equipe pedagógica, quanto o gestor, precisam ser mais flexíveis e abertos ao debate e sugestões que possam vir a melhorar o ambiente escolar e consequentemente a própria educação. VEIGA, 1995.

Hoje o ambiente escolar precisa ser mais dinâmico e democrático para conseguir resgatar nos alunos a vontade de estar na escola, é preciso inovar para prender a atenção dos alunos, e o gestor tem um papel muito importante nesta nova perspectiva onde tudo é muito tecnológico e muito informativo, o gestor precisa estar conectado as novas fases que os educandos estão vivendo, para poder tornar o ambiente escolar convidativo para eles. VEIGA, 1995.

A gestão democrática visa a construção de novas relações entre a população e a escola, buscando diálogo, compromisso, sentido coletivo e companheirismo entre cidadãos que compartilham projetos comuns que visam o bem viver. O grande foco do gestor deve ser a aprendizagem dos alunos, mas de forma alguma isso diminui a importância da democracia pedagógica. É fundamental que o gestor da escola busque a unidade entre a família, gestor, comunidade, professores, alunos, funcionários onde cada um sinta-se responsável em transformar a educação, pois para que realmente se forme no futuro indivíduos autônomos, criativos e participativos, é preciso que haja uma parceria levando a estabelecer relações democráticas, excluindo o autoritarismo.

Coutinho (2000, p. 50) diz que "a gestão democrática da educação compreende noção de cidadania como capacidade conquistada por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela via social em cada contexto histórico determinado".

Saviani (1996, p. 120-122) afirma que "a gestão do mundo globalizado" e a gestão educacional devem se alicerçar em ideais que necessitam ser firmado, explicitados, compreendidos e partilhados nas tomadas de decisões sobre a formação dos cidadãos, que estejam atuantes a dirigir o mundo e as instituições. Compreendendo a educação como uma mediação que se realiza num contexto social que se faz a partir das determinações da contemporaneidade e a partir do ser que aprende, necessário se faz a estes dois "mundos" para cumprir com a responsabilidade de educador em formar mentes e corações.

3.5 A **Atuação do Gestor**

A atuação do gestor na escola tem muitos desafios a serem enfrentados, já que tudo está ligada as políticas públicas. O trabalho consiste na existência de capacidade e da vontade de inovar que é algo que a gestão pública tem que considerar diante da crescente complexidade dos problemas a serem enfrentados e das abordagens gerenciais implementadas, é preciso que o gestor conte com a participação de educadores, família e comunidade. SILVA, 2005

Na reforma do Estado, a transformação e redefinição na sua configuração, natureza e funções, configuram na afirmação de um novo do Estado mínimo, expressas através das políticas adotadas, assim fez com que o Estado deixasse de ser o principal executor e passe a constituir uma instância coordenadora e controladora. SILVA, 2005

O plano nacional de educação estabelece metas decenais para todos os níveis e etapas da educação apontando, para que os estados e municípios criem e estabeleçam planos semelhantes.

A partir da Constituição de 1988, a autonomia dos municípios foi enormemente ampliada, permitindo-lhes que organizassem seus próprios sistemas de ensino. A educação brasileira convive com um forte processo de descentralização, uma vez que as responsabilidades de formulação e

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL
O Conhecimento é o horizonte de eventos.
ISSN: 2966-0599
contato@ouniversoobservavel.com.br
www.ouniversoobservavel.com.br
Periódico Científico Indexado

implementação da política educacional são distribuídas entre as três instancias de governamentais, União, Estados e Municípios. SILVA, 2005

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar, em regime de colaboração, seus respectivos sistemas de ensino.

A escola deve pensar em dar numa nova ênfase para a educação, criar uma nova forma de gestão em que a política educacional faça parte de um amplo projeto social, de uma totalidade, devendo ser pensada sempre numa íntima e dialética articulação com o planejamento mais global.

Nesta nova ênfase, a participação dos pais e comunidade é de suma importância. A Escola deve ouvir o que os pais, desejam, e dar valor as suas ideias, mas é preciso também que estes ouçam, participem daquilo que a escola pretende realizar, e juntos construam um espaço escolar participativo e democrático. Gestão democrática implica não apenas intenção, mas também método para sua efetivação. SILVA, 2005

O professor deve ter atualização, e assim oferecer o máximo de recursos aos alunos, ter equipamentos que proporcione o acesso a tecnologias de ensino. Desenvolver conteúdos curriculares, sempre sendo transformado, estabelecer um ensino que promova a interação do professor com aluno e família, utilização da mídia aprofundando o saber, estar sempre em formação, ter uma melhor remuneração e uma gestão escolar participativa, para atender as necessidades e dar acesso escolar a todos sem discriminação.

A educação é considerada direito universal, mas ainda incidem sobre o professor muitos problemas, tais como suas condições de trabalho que são precárias, sua identidade profissional profundamente questionada. O conceito de Gestão Escolar é de extrema importância, na medida em que desejamos uma escola que atenda às atuais exigências da vida social: formar cidadãos, oferecendo, ainda, a possibilidade de apreensão de competências e habilidades necessárias e facilitadoras da inserção social. Para se ter clareza destes objetivos escolares, primeiramente se precisa saber os conhecimentos mais detalhados a respeito do ato, da função, da arte e ciência de administrar.

A necessidade de acompanhar as mudanças que a vida em sociedade organizada passou a contabilizar cada vez com maior intensidade, a administração inovou, criou novos instrumentos, buscou ser mais eficiente e realizou muito mais que até então. È importante observar, entretanto, que não existe organização definitiva e estática. Os avanços são essenciais para atender as necessidades dos grupos que dependem da administração. Por isso, apesar das dificuldades no ambiente escolar, é preciso propor mudanças de métodos de aprendizagem, adequar novas metodologias de ensino e incentivar a participação ativa da família na vida escolar dos filhos. Pois o gestor educacional precisa ser um articulador do processo ensino aprendizagem das crianças com dificuldades acadêmicas.

3.6 O papel de cada um

A democratização da educação é uma necessidade, visto a necessidade de um maior envolvimento das famílias e da sociedade, para ajudar a escola e o gestor escolar na busca de soluções para problemas que envolvem o ambiente escolar.

De acordo com Mendonça (2001), a educação brasileira experimentou uma democratização tardia, passando por muitos estágios. Num primeiro momento, a democratização da educação brasileira foi compreendida como direito universal ao acesso, para só depois ser vista como direito a um ensino de qualidade e à participação democrática na gestão e nos sistemas de ensino.

O processo de gestão democrática das instituições educacionais conquistou um espaço na legislação brasileira e representa a expressão de um anseio popular. Pode ser considerado um novo projeto de educação para o Brasil e um instrumento precioso para consolidar e assegurar a democracia do país.

Não é um caminho fácil, se considerarmos, que muitos não querem ter nenhum envolvimento no que tange o ambiente escola, seus problemas, tanto de ordem disciplinar quanto financeiro, mas é um caminho possível, que depende das ações adotadas pela escola principalmente pelo gestor que está a frente da escola, buscar interagir e unir forças com os pais dos alunos, com a sociedade em geral e com autoridades, para que ajudem e façam com que a escola tenha mais respaldo em suas decisões. Embora as experiências de gestão democrática estejam ainda distantes do ideal almejado, essas diferentes práticas são importantes como tentativas de consolidação

ISSN: 2966-0599
contato@ouniversoobservavel.com.br
www.ouniversoobservavel.com.br
Periódico Científico Indexado

deste processo e ensejam novas pesquisas sobre a temática no campo educacional.

Numa escola, assim como em outras entidades, há situações e momentos que requerem um comandante (diretor) ou um técnico (orientador) e outras em que se deseja a criatividade de professores e de alunos, há ainda situações em que os pais e a comunidade podem ser de grande valia para o bom andamento da escola. Portanto é preciso que todos estejam engajados para melhoria. Nessa perspectiva, o papel do gestor é suscitar nos educandos e educadores o envolvimento em práticas que visem o bem comum, ações solidárias, desenvolvimento de lideranças, discussão, reflexão e tomada de decisões de forma coletiva, pois viver a prática da democracia é fazer da escola um espaço onde as pessoas possam dialogar, expor suas opiniões e exercitar a cooperação.

Todavia, a Gestão Escolar está em forma de lei, na Constituição Federal do Brasil (CF), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), onde é colocada a gestão democrática do ensino público como um dos princípios da forma como o ensino deve ser ministrado, além de dizer que essa gestão deve ser regulamentada em forma da lei. A partir disso, a LDB 9394/96 no art. 14 regulamenta a Gestão Democrática de forma que os sistemas de ensino decidirão as normas dessa gestão de acordo com as suas especificidades e de acordo com os princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

A gestão democrática expressa a vontade de crescimento tanto dos cidadãos, quanto da sociedade, enquanto sociedade democrática, sendo assim, a representação de uma gestão de uma administração concreta, que nasce e cresce com o outro. Portanto a gestão democrática não é algo alcançado por decreto, mais sim pela produção/construção dos atores sociais envolvidos neste processo.

A participação fortalece a gestão democrática, contudo há uma necessidade de descentralização e democratização da educação para que venha provocar mudanças pedagógicas no processo ensino-aprendizagem como afirma Lück (1998, p. 15), "o entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agir sobre elas em conjunto".

É importante e necessário que a gestão escolar promova um clima propício à participação das pessoas, dos professores, dos alunos, dos pais e dos demais membros da comunidade, no processo de implementação de uma reforma educacional.

4. CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho é possível concluir que uma escola democrática é um espaço de construção e reconstrução do conhecimento, formada por professores, pedagogos, funcionários, alunos, conselho escolar, enfim, toda uma comunidade escolar.

O programa de políticas educacionais trouxe abertura para a participação das pessoas que fazem parte da instituição escolar, pessoas como alunos, pais, cidadão da comunidade, poder atuar conjuntamente com a Gestão de maneira coletiva e descentraliza. Ainda se observa que a uma distância entre o pretendido e o concreto nas escolas da Rede Pública de Ensino, no que se diz respeito à participação, mas com a realização da conscientização de que a escola é um ambiente que precisa contar com a participação de todos, com certeza a participação democrática se fará cada vez mais presentes nas escolas. É neste enfoque que a escola precisa buscar atingir uma gestão escolar onde as ações devem assumir posicionamentos articuladores desenvolvendo atitudes no âmbito escolar, contribuindo para assegurar a participação em discussões coletivas para a transformação social.

Assim é preciso repensar a teoria e a prática da gestão educacional no sentido de suprimir as demandas que priorizam a participação. Não se pode negar que a qualidade do ensino passa pela gestão democrática, portanto as relações autoritárias de poder, o individualismo e as desigualdades, precisam ser extinguidas, para promover uma educação de qualidade. A gestão democrática é imprescindível para estabelecer uma cultura de participação, fazendo com que as pessoas se tornem mais conscientes de seus direitos e deveres, e exerçam a sua cidadania.

5. REFERENCIAS

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais** - Adaptações curriculares - Educação Especial Brasilia: Mec, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação, 1996. Paulo: Editora Moraes, 2005.

ISSN: 2966-0599
contato@ouniversoobservavel.com.br
www.ouniversoobservavel.com.br
Periódico Científico Indexado

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.

COUTINHO, Carlos Melson. **Cultura e Sociedade no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, 2017.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho D'água, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**, 24ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido,** 29ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José (org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRACINDO, Regina Vinhaes [et. al.]. **Conselho Escolar e Educação do Campo**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica, Secad. , 2006.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; **Educação escolar: políticas estrutura e organização.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Ed. 5. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2018.

LUCK, H**.** A **escola Participativa: o trabalho do gestor escolar.** 4 ed.Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MENDONCA, Erasto Fortes. **Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 22, n° 75. 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ROSENAU, Claudete Romualda. **Ação do gestor escolar**: Estudo de caso com o desenvolvimento de proposta pedagógica. Dissertação de mestrado apresentada ao curso de engenharia de produção. Florianópolis: UFSC, 2002.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas: Editores Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013.